



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE PESSOAL
CENTRO DE SELEÇÃO, INGRESSO E ESTUDOS DE PESSOAL**

EDITAL Nº 011/CESIEP/2015

DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO DA PROVA ESCRITA E PARECERES DOS RECURSOS SOBRE QUESTÕES DA MESMA PROVA, REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 109/CESIEP/2014, PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (QOPM)

A Polícia Militar de Santa Catarina, juntamente com a empresa “Instituto o Barriga Verde”, por intermédio do Sr. Cel PM Presidente da Comissão de Concursos Públicos, no uso de suas atribuições,

Resolve:

1. Divulgar no Anexo I do presente edital o gabarito definitivo da Prova Escrita, referente ao Edital de Concurso Público nº 109/CESIEP/2014.
2. Divulgar no Anexo II do presente edital os pareceres dos recursos sobre as questões da Prova Escrita referente ao Edital de Concurso Público nº 109/CESIEP/2014.

Florianópolis/SC, 11 de Fevereiro de 2015.

JOÃO HENRIQUE SILVA
Coronel PM – Subcomandante-Geral
Presidente da Comissão de Concursos Públicos
da Polícia Militar de Santa Catarina

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 109/CESISEP/2014 CFO (QOPM)



GABARITO DEFINITIVO

X = Questão Anulada.

Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06
B	X	A	A	D	B

Língua Inglesa

07	08	09	10
A	D	D	C

Informática

11	12	13	14	15
B	A	A	B	D

Direito Constitucional

16	17	18	19	20	21
D	B	C	X	X	A

Direito Administrativo

22	23	24	25	26	27
D	X	B	D	C	A

Direito Penal comum

28	29	30	31	32
B	A	C	B	A

Direito Penal militar

33	34	35	36	37	38
C	D	B	C	D	B

Direito Processual Penal comum

39	40	41	42	43
A	X	C	B	C

Direito Processual Penal militar

44	45	46	47	48	49
D	C	B	D	C	B

Direito Civil

50	51	52	53	54
C	B	D	A	C

Legislação Institucional

55	56	57	58	59	60
D	B	C	A	C	A

ANEXO II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 109/CESISEP/2014 CFO (QOPM)



PARECERES RECURSOS

SOBRE QUESTÕES E GABARITO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 109/CESIEP/2014
PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (QOPM)
Prova realizada em 25/01/2015

LÍNGUA PORTUGUESA

Parecer 001

QUESTÃO: 01

Candidatos recorrentes: 36850, 36996, 37070, 37081, 37119, 37161, 37180, 37206, 37219, 37344, 37373, 37509, 37588, 38056, 38315, 38365, 41584, 41882, 42270, 42333, 42586, 42787, 42957, 43016, 44073, 44373, 44414, 44598, 44598, 45066, 45425, 45646, 46346.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão possui duas respostas corretas, alguns afirmando ser A e B, outros afirmando ser B e D.

Alegando ainda que no verso 8, não houve elipse, mas sim Zeugma.

Resposta:

Não assiste razão aos candidatos, trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa, sendo a alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “B”.

Senão vejamos:

A) Ocorreu ELIPSE no verso 8

Certo: “Nossa vida mais amores.”, houve ELIPSE do verbo “ter”. (“nossa vida **tem** mais amores”)

B) Do verso 19 ao 20, temos período composto por coordenação.

Errado: não temos coordenação. O período é composto por subordinação.

C) Do verso 5 ao verso 8, temos período composto por coordenação.

Certo: (correto: Se todas as orações de um período são independentes, isto é, têm sentido por si mesmas, e poderiam, por isso, constituir cada uma um período, o período se diz composto por coordenação. Neste caso temos quatro orações coordenadas assindéticas aditivas.

D) Do verso 1 ao 4, na oração “*como lá*”, está elíptico o verbo “*gorjeiam*”.

Certo: “As aves que aqui *gorjeiam*, não *gorjeiam como lá* “**GORJEIAM.**” Temos uma Oração Subordinada Adverbial Comparativa com verbo **elíptico**. (gorjeiar)

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO dos recursos em questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 002

QUESTÃO: 02

Candidatos recorrentes: 37028, 37073, 37081, 37119, 37180, 37206, 37344, 37899, 38670, 39278, 39353, 41502, 41584, 41823, 41882, 42330, 42330, 42333, 42878, 43052, 43882, 44373, 44414, 44669, 44966, 45882, 46346, 47016, 47469.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta; que é possível fazer mais de uma analogia; que a questão é confusa e fora do contexto e que é mais uma questão de lógica; que há questão idêntica ou semelhante em sites da internet;

Resposta:

Quanto a resposta correta, não assiste razão aos candidatos, trata-se de questão, cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação ao enunciado, usando de exclusão de

alternativa, sendo a alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "D".

Senão vejamos:

Sabiá é o autor (o poeta- Gonçalves Dias), que estava no exílio e fez o poema pouco antes de viajar para Portugal. "Palmeiras onde canta o Sabiá" se refere ao Brasil, o lugar do qual sentia saudade. Portanto a analogia é a que consta da alternativa "D".

Significado de analogia:

sf (gr analogía) 1 *Qualidade de análogo.* 2 *Proporção matemática ou igualdade de razões.* 3 *Semelhança de propriedades.* 4 *Semelhança em algumas particularidades, de funções etc., sem que haja igualdade atual ou completa.* **Não há como negar a analogia entre o coração e uma bomba aspirante-premente.** 5 *Filos Identidade de relação entre seres de natureza diferente.* 6 *No ocultismo, método lógico intermediário entre a dedução e a indução, pertencente à teoria.* **Antôn: diferença.** **Raciocinar por analogia:** *julgar pelas semelhanças que existem entre os fatos.* (Dicionário Michaelis)

A Palmeira é que constitui a metáfora, representa o Brasil "onde canta o Sabiá, que representa o poeta. Ao longo do poema a estrofe é repetida, marcando a analogia.

Portanto a questão resta correta e coerente.

Quanto à alegação da questão ser idêntica ou apresentar semelhança com outras citadas em páginas na internet, há que se entender que é claramente perceptível que a questão não é idêntica, os enunciados não são iguais. Porém para que a semelhança não acarrete prejuízo a nenhum candidato ou ao certame, decide-se pela anulação da questão.

Decisão:

QUESTÃO ANULADA

Parecer 003

QUESTÃO: 03

Candidatos recorrentes: 36996, 37161, 37783, 37786, 38433, 39661, 41117, 41584, 42235, 42235, 42270, 42270, 42586, 44279, 44373, 44598, 45882, 46346.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão não apresenta nenhuma resposta válida; ou que existe duas respostas possíveis na questão "A e D".

Resposta:

A questão envolve a concordância nominal, ou seja, o acordo de gênero e número entre substantivos e adjetivos. Cabe ao adjetivo concordar com o substantivo a que se refere. Daí dizermos: "duzentos gramas", por exemplo, fazendo o numeral adjetivo concordar com o substantivo masculino "gramas". Há casos, porém, em que um mesmo adjetivo é atribuído simultaneamente a mais de um substantivo. Como fazer, então, a concordância? Isso dependerá da posição ocupada pelo adjetivo.

Assim, se estiver posposto aos substantivos, o adjetivo poderá ir para o plural ou concordar apenas com o substantivo que lhe estiver mais próximo. Assim: "Vestia calça e *camisa preta*" ou "Vestia *calça e camisa pretas*" - sem distinção de sentido. Caso os substantivos sejam de gêneros diferentes, o adjetivo irá para o plural no gênero masculino. Assim: "Vestia calça e *paletó preto*" ou "Vestia *calça e paletó pretos*" - ambas as construções guardam o mesmo sentido

Se, entretanto, estiver anteposto a dois ou mais substantivos, o adjetivo concordará necessariamente com o elemento mais próximo. Assim: "Ele escolheu *mã hora* e lugar para o encontro" - tanto a hora como o lugar eram impróprios para o encontro. Não há possibilidade de flexionar o adjetivo nessa construção porque ele está anteposto aos substantivos aos quais se refere.

A) O policial sempre mantinha organizados sala e arquivo. (INCORRETA)

É esse o caso da construção destacada no fragmento apresentado na prova. Só se usa o plural para o adjetivo anteposto a dois ou mais substantivos quando estes são nomes próprios de pessoas ou exprimem graus de parentesco. Assim: "Os *geniais Chico e Caetano* participaram do debate", "Conheci ontem as *encantadoras prima e irmã* de Charles".

É a este caso a que se refere o gramático utilizado pelos candidatos, mas não é o que se apresenta na questão.

São unânimes sobre o tema os principais gramáticos brasileiros: Cegalla, Sacconi, Bechara, Sargentim e muitos outros. Por conseguinte, **a questão não será anulada.**

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 004**QUESTÃO: 05**

Candidatos recorrentes: 36753, 36862, 36942, 37037, 37066, 37070, 37073, 37119, 37180, 37206, 37219, 37344, 37509, 37527, 37680, 37786, 37832, 38056, 38365, 38681, 39095, 39661, 41773, 41882, 42235, 42330, 42586, 42925, 43461, 43537, 44176, 44414, 44598, 45066, 45646, 4593.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão não apresenta mais de uma alternativa correta; ou alegam não possuir alternativa a ser assinalada, solicitando anulação da questão.

Resposta:

Não assiste razão aos candidatos, trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa, sendo a alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

O enunciado é claro quando refere-se aos conceitos de ELIPSE, e também quando afirma que termo elíptico pode subentender-se numa flexão diferente, neste caso denominando-se ZEUGMA.

A questão solicita a que se subentende uma flexão diferente.

Senão vejamos:

- I. “Pouco olho o céu, quase nunca a lua, mas sempre o mar.” [L. Barreto, GS, 38 *in* Kury 2000] (Elipse do pronome **Eu** “Eu” Pouco olho o céu...)
- II. “É impossível não saibas que o pássaro / caído em teu quarto por um vão da janela / era um recado do meu pensamento.” [Cassiano Ricardo, PC, 250 *in* Kury 2000] (Elipse do pronome **TU** – “É impossível que “**tu**” não saibas que...”> estão elípticos a conjunção “que” e o pronome “tu”)
- III. “Chamo-me Inácio; ele, Benedito.” [M. de Assis, EV, 79 *in* Kury 2000] (Zeugma no verbo chamar: (= ele “chama-se” Benedito) .
- IV. “Afeiar as suas graças, parecia-lhe um crime; tirar orgulho delas, frivolidade.” [M. de Assis, ap. Gotardelo, EV, 79 *in* Kury 2000] (Elipse no verbo **parecer**: após “delas”, subentendem-se as palavras “parecia-lhe uma”)
- V. “Outros querem apanhar os que, o entender deles, manejam o criminoso, assim como este o punhal.” [C. de Laet, Microcosmo, O País, 6-0-1995 *in* Kury 2000] (Zeugma no verbo **manejar**: Depois de “este” subentende-se “manejou”.)

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO dos recursos em questão.

Decisão:**QUESTÃO MANTIDA****Parecer 005****QUESTÃO: 06**

Candidatos recorrentes: 37832 e 42925

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam a frase destacada causa interpretação dupla e que a resposta apresentada não atende aos pressupostos apresentados pelos teóricos citados na fundamentação.

Resposta:

Esta questão solicita do candidato um conhecimento sintático nada superficial. O verbo assistir (que neste caso é transitivo indireto, pois está no sentido de ver), não foi sublinhado, tanto que não há nenhuma alínea com a sua presença.

Ora, a resposta de um verbo transitivo indireto é sempre um objeto indireto, bastava observar a ocorrência da crase. Quem assiste, assiste a alguma coisa. No caso de degradação, há também uma resposta e está introduzida por uma preposição. Como se trata de um substantivo e a pergunta é feita a ele, só pode ser um complemento nominal.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO dos recursos em questão.

Decisão:**QUESTÃO MANTIDA**

Parecer 006

QUESTÕES: 07, 08, 09 e 10

Candidatos recorrentes: 36871, 36892, 36942, 36955, 36996, 37066, 37067, 37070, 37101, 37161, 37755, 38270, 39229, 39229, 39234, 39661, 39744, 40184, 41042, 41821, 42104, 42134, 42285, 42925, 43163, 43597, 44598, 44734, 45066, 45084, 45946, 47064.

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que as questões não são inéditas e foram retiradas do seguinte site: <https://www.englishforums.com/English/PrepositionPhrasalVerbs/bwrzcx/post.htm>. Outros alegam ainda que na questão 07 o gabarito correto é letra "D", que a questão 08 é ambígua, havendo mais de uma resposta; que na questão 09 há mais de uma alternativa correta. E por fim que a questão 10 a alternativa D também estaria correta, que falta palavras no enunciado, que há dificuldade de interpretação.

Resposta:

Não assiste razão aos candidatos, pelos seguintes motivos:

1. O caderno de questões foi publicado no site www.iobv.org.br, no dia 25 de Janeiro de 2015, às 19:11, conforme consta data e horário na referida página, bastando uma consulta para essa verificação.

Homologação das Inscrições	20/01/2015 19:48	
Relação candidato x vaga	21/01/2015 09:17	
Candidatos que passam a condição de DEFERIDOS (militares)	23/01/2015 15:35	
DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS POR SALA - ENSALAMENTO	23/01/2015 15:41	
MAPA RESUMIDO DAS SALAS	23/01/2015 17:35	
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS SALAS	23/01/2015 17:50	
CADERNO DE QUESTOES	25/01/2015 19:11	

2. Na página <https://www.englishforums.com/English/PrepositionPhrasalVerbs/bwrzcx/post.htm>, que trata de um **fórum de discussões**, as questões foram publicadas em 26 de Janeiro de 2015, às 10h12 pm (22h12minutos), conforme segue:

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Preposition - Phrasal verbs? x +

https://www.englishforums.com/English/PrepositionPhrasalVerbs/bwrzko/post.htm

Mais visitados Primeiros passos Camaras IOBV Galeria do Web Slice Sites Sugeridos https://tributario.sef...

Search Home Ask a question Teachers Students Forums Schools /chat » Log-in for no ads

26th January Registered users can join here

New Member 26th January 2015 10:12 pm

Related forum topics:

- Phrasal verbs?
- Phrasal verbs (2)?
- Phrasal prepositional verbs (three word phrasal...
- intransitive verbs?
- Phrasal verbs with make!?
- helping verbs?
- Auxiliary verbs?
- An Exercise with Phrasal Prepositional Verbs?
- Verbs?

PACOTE PARA PUNTA CANA decolar.com

a partir de R\$ 1572

COMPRAR

yunn yang:

Hello, I am trying to help a friend who does not understand anything in English, he just taking an examination to become Official of Justice, he got excellent grades, however the survey contained four questions on English should he must have hit at least one.

So your only chance now is to prove that in some of the questions had more than one correct answer.
But my English is self-taught then often have problems with grammar rules.

Could someone point me in any of the questions below and possible more than one correct answer, given utterance?

EXAM - Choose the correct preposition for the following sentences. Close attention to some phrasal verbs.

QUESTION 1 - "I look forward ___ driving to L.A. with my friends by the end of the year."
A) to
B) at
C) by
D) in

QUESTION 2 - "She thinks she'll spend her whole life relying ___ that body."

3. Os candidatos que possuem algum conhecimento da língua inglesa, pode facilmente traduzir as discussões do fórum e verificar que trata das questões elaboradas pela banca do IOBV, e que o membro do fórum está solicitando ajuda para elaborar algum recurso, senão vejamos:

3.1. Analisado novamente o endereço eletrônico onde supostamente haveria plágio, comprovamos que as questões foram postadas no dia 26/01/2015 às 10:12 por um novo membro em um fórum na rede mundial de computadores.

(<https://www.englishforums.com/English/PrepositionPhrasalVerbs/bwrzko/post.htm>)

3.2. Também podemos ver que o usuário postou as questões para que pessoas pudessem ajudá-lo a ajudar um amigo que tem participado do certame e que supostamente fez uma boa pontuação, mas que não entende nada em inglês.

I am trying to help a friend who does not understand anything in English

3.3. O usuário pede ainda em inglês (com vários erros gramaticais) para que outros usuários o ajudem a provar que existem mais alternativas corretas por ser sua última chance (do amigo). Em seguida o usuário diz ter aprendido inglês autodidata e que frequentemente tem problemas com regras gramaticais.

So your only chance now is to prove that in some of the questions had more than one correct answer.
But my English is self-taught then often have problems with grammar rules.

3.4. E por fim o usuário pede em um inglês de difícil compreensão para que alguém mostre se há mais alternativas corretas, mas com afirmação.

Could someone point me in any of the questions below and possible more than one correct answer, given utterance?

Diante dos fatos aqui mostrados, podemos notar claramente que candidatos que não atendem a exigência do certame no quesito comprovar conhecimento e domínio de língua inglesa, tentaram “ajuda” para anular às questões, e provavelmente não conseguindo alegaram plágio para lograr êxito no certame.

4. Quanto ao mérito das questões, todas estão corretas conforme gabarito divulgado, ou seja:

Question 07 - “look forward to” is transitive, idiomatic and phrasal verb which means, to anticipate, eager, expect, wait for, especially with a strong feeling of pleasure or approval. There is not any preposition left to mean what it is supposed to mean.

A) to [to look forward TO something→ é um “phrasal verb” que significa “aguardar algo com ansiedade” e rege seu complemento por meio da preposição “TO”].

Question 08 - “rely on” is a phrasal verb meant to have “ON” as preposition. It means, to put trust in with confidence or be dependent on.

D) on [to rely ON something→ é um “phrasal verb” que significa “depender de/ contar com algo ou alguém”.]

Question 09 - “talk to” is grammatically correct. By saying “I need to talk to you” is getting directly to someone. People often say “talk with” which is colloquial language.

D) to – on [to talk TO someone→ a preposição exigida pelo verbo TO TALK é TO que significa “falar com alguém”. A segunda lacuna deve ser preenchida com a preposição ON (Observe a tradução: Eu odeio quando eu estou falando com você com esses fones de ouvidos (usando esses fones de ouvidos). Você não me consegue ouvir!]

Questão 100 erro material é sanável e em nada interfere na capacidade de interpretação e conhecimento do candidato.

C) forward [to step forward→ significa “dar um passo à frente”. Observe a tradução: O(A) professor (a) disse: Dê um passo à frente quem quer desempenhar o papel com Margot Karten. Então, eu dei (um passo à frente).

Todas as questões de inglês possuem fontes de estudos como:

English Grammar in Use (intermediate) by Cambridge University
English Grammar in Use (advanced) by Cambridge University
English Grammar Focus by Cambridge University

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO dos recursos em questão.

Decisão:
QUESTÕES MANTIDAS

INFORMÁTICA BÁSICA

Parecer 007

QUESTÃO: 11

Candidatos recorrentes: 36908

Alegações:

Em síntese, o candidato alega que há vício na questão e que deixa todas as alternativas são corretas.

Resposta:

Não assiste razão ao candidato:

O gabarito está correto, sendo letra "B" a única alternativa a ser assinalada, pois "Páginas, Links, Cabeçalho e Rodapé." É o que encontramos no menu inserir.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO dos recursos em questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 008

QUESTÃO: 13

Candidatos recorrentes: 39534, 37037 e 42185

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que: "funções e formulas" não consta do conteúdo programático;

Resposta:

Não assiste razão aos candidatos. Qual essência do Excel, senão construir planilhas com possibilidade de inserir funções e fórmulas?

Quando o conteúdo prevê "planilhas", subentende-se que envolve tudo inclusive fórmulas e funções.

Quando o conteúdo prevê: "**células**", subentendendo-se que cabe ao candidato conhecer todas as funções e formas de formatar ou inserir fórmulas nestas células.

"O Excel é um software que permite criar tabelas e calcular e analisar dados. Este tipo de software é chamado de software de planilha eletrônica. O Excel permite criar tabelas que calculam automaticamente os totais de valores numéricos inseridos, imprimir tabelas em layouts organizados e criar gráficos simples." <https://support.office.microsoft.com>

Nesta questão a Célula E5 apresenta a soma de 3 setores no trimestre. Para obtermos 25% "a mais" do valor de E5 é preciso primeiro multiplicar E5 por 25% e depois somar o próprio valor de E5.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO dos recursos em questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

DIREITO CONSTITUCIONAL**Parecer 09**

QUESTÃO: 16

Candidatos recorrentes: 44967

Alegações:

O candidato alega que a questão não possui nenhuma alternativa correta.

Resposta:

Na alegação do candidato o gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa B. Porém, o candidato está totalmente equivocado. No gabarito preliminar divulgado a alternativa correta é a letra "D". Por ser uma alegação sem fundamento, resolve-se por manter a questão.

Decisão: QUESTÃO MANTIDA

Parecer 10

QUESTÃO: 17

Candidatos recorrentes: 37101, 37180, 37832, 40530, 41408, 43363, 43884.

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que a questão foi mal formulada, havendo ambiguidade e multiplicidades de interpretações e falta de informação na questão.

Resposta:

QUESTÃO 17

A questão 17 solicita para apontar qual das alternativas não é competência do Superior Tribunal de

Justiça. Vejamos o conteúdo da alternativa “A”:

(A) Processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea “a”, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. **(grifos nosso)**

As alegações dos candidatos não possuem procedência total. O examinador apresentou exatamente o previsto no art. 105, inciso I, alínea “b” e “c” da Constituição Federal, impossibilitando qualquer dificuldade de interpretação ou ambiguidade na questão. Vejamos:

“ **Art. 105.** Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) (...)

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

c) os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;”

Dessa forma, não há nenhum erro na alternativa A, impossibilitando a anulação da questão 17.

Decisão: QUESTÃO MANTIDA.

Parecer 11

QUESTÃO: 18

Candidatos recorrentes: 38433, 41823, 45598.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta, ou ainda, que não existe resposta correta.

Resposta:

Não assistem razão os candidatos. O enunciado da questão diz que a interpretação deve ser feita de acordo com a Constituição Federal.

De acordo com os artigos 136 a 139 da Constituição Federal vigente:

Assinale a alternativa correta em relação ao estado de defesa e o estado de sítio dispostos na Constituição Federal:

A) O decreto que instituir o estado de sítio (DEFESA) determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem restrições aos direitos de sigilo de correspondência; sigilo de comunicação telegráfica e telefônica (ESTADO DE DEFESA) e requisição de bens. (Art. 136, §1, b, c).

B) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa (SÍTIO) nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. (Art. 137, II).

C) Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário, sendo vedada a incomunicabilidade do preso. (Correta – art. 136, §3, III e IV).

D) Na vigência do estado de defesa (SÍTIO) decretado poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada; suspensão da liberdade de reunião e busca e apreensão em domicílio. (Art. 139, I, IV e V).

Verifica-se que os candidatos não conheciam as peculiaridades dos institutos: Estado de Defesa e Estado de Sítio previstos na Constituição Federal, uma vez que o examinador embasa a alternativas da questão nos artigos 136 a 139 da Carta Magna, impossibilitando qualquer dúvida quanto à resposta correta da questão recorrida. Dessa forma mantêm-se o questionário.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 12**QUESTÃO: 19****Candidatos recorrentes:** 36850, 36958, 37037, 37161, 37180, 37344, 37498, 39661, 42928, 42957, 44172, 44414, 44509, 44598.**Alegações:**

Em síntese, os candidatos informam que há duas questões a serem assinaladas.

Resposta:

Ao elaborar a questão o Examinador não mencionou a fonte de embasamento da resposta. Por isso os candidatos alegam que a questão possui duas alternativas corretas. No gabarito preliminar divulgado a alternativa apontada como correta é a “D”. E de acordo com a Constituição Federal, esta seria a alternativa correta.

No entanto existem Jurisprudências do STF que tornam a alternativa “A” correta.

Dessa forma, embora o examinador tenha utilizado o disposto na Constituição Federal para elaborar a questão, mas por não ter sido citada a fonte da resposta, decide-se pela anulação da questão.

Decisão:**QUESTÃO ANULADA****Parecer 13****QUESTÃO: 20****Candidatos recorrentes:** 37195, 44791, 46855.**Alegações:**

Em síntese, os candidatos alegam que a questão não possui nenhuma alternativa correta.

Resposta:

Ao analisar as razões recursais, verifica-se que aos candidatos assistem razão. Dessa forma, decide-se pela anulação da questão recorrida.

Decisão:**QUESTÃO ANULADA****Parecer 14****QUESTÃO: 21****Candidatos recorrentes:** 38433, 44414.**Alegações:**

Em síntese, a alegação dos candidatos é que a alternativa B também seria incorreta.

Resposta:

Os candidatos restam equivocados. Analisamos a alternativa “B” da questão recorrida:

B) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos se colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Vejamos o disposto no artigo 200 da Constituição Federal:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

[...]

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Com análise no artigo citado, verifica-se que o conteúdo da alternativa “B” é exatamente o previsto no artigo 200 da CF. Dessa forma, por não haver motivos contrários, resolve-se por manter a questão.

Decisão:**QUESTÃO MANTIDA**

DIREITO ADMINISTRATIVO**Parecer 15**

QUESTÃO: 22
Candidatos recorrentes: 36955.
Alegações: Não reconhecida.
Resposta: Conforme as alegações do candidato, o recurso deve estar se referindo à questão 25, pois não há nenhuma correspondência entre o recurso apresentado e a questão 22.
Decisão: QUESTÃO MANTIDA

Parecer 16

QUESTÃO: 23
Candidatos recorrentes: 36753, 37028, 37037, 37101, 37119, 37219, 37219, 37344, 37527, 37680, 37680, 37786, 38056, 38259, 38365, 39095, 39229, 39661, 39948, 40346, 41773, 41882, 42235, 43461, 43884, 44414, 44822, 45066, 45882, 47064.
Alegações: Em síntese, os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta.
Resposta: Ao analisar as razões recursais, verifica-se que aos candidatos assistem razão. Dessa forma, decide-se pela anulação da questão recorrida.
Decisão: QUESTÃO ANULADA

Parecer 17

QUESTÃO: 24
Candidatos recorrentes: 38315.
Alegações: O candidato alega que no conteúdo programático de Direito Administrativo, não previa a lei 8.666/93.
Resposta: Em análise à alegação do candidato, vejamos o conteúdo programático da disciplina Direito Administrativo, previsto no Edital: DIREITO ADMINISTRATIVO Conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos da administração pública. Uso e abuso do poder. Poderes administrativos. Ato administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato administrativo: Princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação . Serviços Públicos: Princípios gerais. Administração Direta e Indireta. Servidor Público. Domínio Público. Intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade Civil da Administração. Administração em Juízo. O controle da administração pelo Judiciário. Processo Administrativo. Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) (grifo nosso) Como verifica-se no conteúdo programático do Edital utiliza-se da expressão “licitação”, portanto, o examinador poderia utilizar-se tanto de conteúdo doutrinário e jurisprudencial, quanto de uma norma federal vigente que trata sobre o assunto em questão. Dessa forma, decide-se por manter a questão.
Decisão: QUESTÃO MANTIDA

Parecer 18

QUESTÃO: 25
Candidatos recorrentes: 36753, 36942, 36996, 37081, 37119, 37180, 37219, 37498, 37527, 37680, 38009, 38056, 39661, 39948, 41584, 41773, 42333, 42787, 44373, 44414, 44598, 44979, 45066, 45932, 46346.
Alegações:

Conforme alegações dos candidatos, a alternativa D estaria incompleta.

Resposta:

Diante das alegações dos candidatos, passamos a analisar a alternativa “D”:

D) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária.

A alternativa está correta conforme o Art. 56, §1º, I, II e III. A modalidade de garantia caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública é aceita e tal afirmação não pode ser considerada incorreta, a Lei 11.079/2004 apenas especificou, mas não alterou a modalidade. Note-se que o examinador não se confundiu com a redação antiga da lei que dizia: “caução em dinheiro ou títulos da dívida pública”. Por isso, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 19

QUESTÃO: 26

Candidatos recorrentes: 36753, 36908, 36955, 36966, 36996, 37070, 37161, 37344, 37425, 37498, 37509, 37832, 38056, 38134, 38315, 38315, 38365, 38433, 39661, 41584, 41773, 42330, 42957, 43008, 43597, 44373, 44414, 44598, 45066, 45083, 46346.

Alegações:

Conforme as alegações dos candidatos, a lei 9.784/99 não estava prevista no edital, que não há posicionamento doutrinário uniforme sobre o assunto, que a referida lei não interessaria ao militar estadual, que a alternativa C, dada como incorreta estaria correta.

Resposta:

Em análise à alegação do candidato, vejamos o conteúdo programático da disciplina Direito Administrativo, previsto no Edital:

DIREITO ADMINISTRATIVO Conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos da administração pública. Uso e abuso do poder. Poderes administrativos. Ato administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato administrativo: Princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: Princípios gerais. Administração Direta e Indireta. Servidor Público. Domínio Público. Intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade Civil da Administração. Administração em Juízo. O controle da administração pelo Judiciário. **Processo Administrativo**. Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) (grifo nosso)

O Edital utiliza-se apenas da expressão “processo administrativo”, portanto, o examinador poderia utilizar-se tanto da doutrina e da jurisprudência, quanto de uma norma federal vigente que trata sobre o assunto em questão.

A alternativa C está incorreta de acordo com o art. 64 e parágrafo único da Lei 9.784/99 e sua interpretação.

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo **puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado** para que formule suas alegações antes da decisão.

Por isso, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 20

QUESTÃO: 27

Candidatos recorrentes: 36753, 36850, 36908, 37070, 37101, 37180, 37219, 37344, 37498, 37509, 37550, 37832, 38315, 38365, 40530, 41584, 42333, 43016, 43570, 43882, 43884, 44373, 44414, 44669, 45425, 46218, 46346.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa A estaria incorreta, e que a alternativa C e D estariam corretas.

Resposta:

Os candidatos não assistem razão. Vejamos a questão recorrida:

27. Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), assinale a assertiva correta:

A) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano. No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. **(Correto de acordo com arts. 5º, 6º e 7º da Lei 8.429/92)**

B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea, constitui ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito. **(Errado de acordo com arts. 10, VI da Lei 8.429/92)**

C) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da Lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades, constitui ato de improbidade administrativa importando lesão ao erário. **(Errado de acordo com art. 9º, IV da Lei 8.429/92)**

D) Frustrar a licitude de concurso público e processo licitatório constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. **(Errado de acordo com art. 10, VIII da Lei 8.429/92)**

Em relação à alternativa D, o art. 10. VIII elenca como ato de improbidade que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da lei, e notadamente: VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Os candidatos fundamentaram seus recursos com doutrina e jurisprudência, no entanto, o enunciado da questão é claro em elencar apenas a Lei 8.429/92.

Ademais, a jurisprudência trazida pelos candidatos considera ato de improbidade frustrar a licitude de processo licitatório. Ora, a lei especificou os atos de improbidade administrativa que causam enriquecimento ilícito, lesão ao erário ou que atentam contra os princípios da administração pública.

Considerando as razões acima, decidiu-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

DIREITO PENAL COMUM**Parecer 21**

QUESTÃO: 28

Candidatos recorrentes: 36996, 37498, 37666, 37868, 39372, 41035, 44414, 44598, 44669, 44979, 45932.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa B não está correta, podendo ser considerada como correta a alternativa A.

Resposta:

Diante das razões recorridas, passamos a analisar a alternativa A:

“O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, é causa de exclusão da punibilidade; se evitável, constituirá circunstância atenuante da pena”.

Conforme o art. 21 do Código Penal, o erro da alternativa está em dizer que exclui a punibilidade, visto

que o correto seria dizer isenta de pena.
Ora, excluir a punibilidade não é sinônimo de isentar de pena. As excludente de punibilidade estão previstas nos incisos do art. 107 do Código Penal.
Vejamos a alternativa B:

“O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal do crime exclui o dolo, mas o agente responde pelo tipo culposos, se previsto em lei”.

A alternativa B, é exatamente o previsto no Artigo 20 do Código Penal, não deixando dúvidas de que esta seria a alternativa correta. Dessa forma decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 22

QUESTÃO: 29

Candidatos recorrentes: 42928.

Alegações:

O candidato alega que a alternativa A está incorreta.

Resposta:

A alegação do candidato é de que a alternativa “A” trata-se de “Excludente de Ilícitude”. Vejamos o teor da questão 29:

29. A retratação do agente, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos casos em que for permitido

por lei, de acordo com o Código Penal, é causa de:

- A) Extinção da punibilidade.
- B) Excludente de antijuridicidade.
- C) Diminuição de pena.
- D) Circunstância atenuante da pena.

Como verifica-se acima, o candidato equivocou-se ao mencionar “Excludente de Ilícitude”, quando na verdade a alternativa “A” trata-se de “Extinção de Punibilidade”.

Por isso, decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 23

QUESTÃO: 30

Candidatos recorrentes: 39245 e 41035.

Alegações:

Um candidato alega que no gabarito consta a alternativa D como correta, e outro alega que há mais de uma alternativa correta.

Resposta:

A questão possui apenas uma alternativa a ser assinalada, ou seja, a alternativa C conforme consta no gabarito. Analisamos as razões:

A doutrina majoritária afirma que o homicídio privilegiado não é crime hediondo, conforme trazido pelo próprio candidato em seu recurso: “a consideração do privilégio afasta a hediondez do homicídio qualificado”. Ora, a alternativa A diz exatamente isso, que o homicídio privilegiado não é considerado crime hediondo”, portanto, como a questão pedia para assinalar a alternativa incorreta, a letra A está correta e não deveria ser assinalada.

Diante dessas razões, decide-se por manter a questão.

Decisão:QUESTÃO MANTIDA

Parecer 24

QUESTÃO: 31

Candidatos recorrentes: 37786, 37832, 37868, 38259, 38433, 39095, 39278, 40808, 41399, 41502, 43363, 46855.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa incorreta, e ainda ter

alternativa incompleta.

Resposta:

Em análise as razões recursais dos candidatos, vejamos:

Em relação à alternativa A, está correta de acordo com o previsto no art. 1º e incisos da Lei 8.072/90.

Em relação à alternativa B, está incorreta porque se trata de infração administrativa e não crime, conforme art. 249 do ECA. Os crimes estão descritos nos arts. 228 a 244-B da Lei 8.069/90.

Em relação à alternativa C, a matéria não está pacificada pela doutrina e jurisprudência de modo a tornar incorreta a questão. De acordo com a Lei 11.340/06, art. 5º, I, não é necessário vínculo familiar para se caracterizar a violência doméstica, basta que a agressão ocorra no âmbito da unidade doméstica, o que acaba por incluir as situações de empregada doméstica.

Em relação à alternativa D, o art. 1º da Lei 9.455/97, I, c, prevê que a discriminação pode ser tanto racial ou religiosa. Portanto, não precisa ser necessariamente racial e religiosa, a expressão utilizada é "ou", que sugere uma alternativa.

Considerando as razões citadas, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 25

QUESTÃO: 32

Candidatos recorrentes: 36966, 40808, 44669.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa A está incorreta e a alternativa C está correta.

Resposta:

As razões dos candidatos estão equivocadas. Vejamos abaixo:

Alternativa A: No crime de tráfico de drogas descrito na Lei 11.343/06 o concurso de pessoas não constitui causa de aumento da pena.

As causas de aumento da pena estão previstas nos incisos do art. 40 da Lei e não prevê o concurso de pessoas. O art. 35 é um crime e não um caso de aumento da pena.

Alternativa C: "Constitui crime contra a ordem econômica favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores, conforme Lei 8.137/90".

Conforme o art. 7º, I da Lei, constitui crime contra as relações de consumo. Os crimes contra a ordem econômica estão descritos no art. 4º e incisos da Lei.

Ante o exposto, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

DIREITO PENAL MILITAR

Parecer 26

QUESTÃO: 37

Candidatos recorrentes: 36996, 37037, 37101, 37119, 37180, 37219, 37344, 37666, 38134, 38433, 39534, 40530, 42285, 43597, 46655, 47224.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão gera dupla interpretação e que a alternativa D está em desconformidade com a lei.

Resposta:

Em análise das razões recorridas, vejamos:

A interpretação da questão é parte da prova e a pergunta é clara ao indagar qual dentre os ilícitos expostos no Código Penal Militar não admite a forma culposa, ou seja, indicar o item que não possui

punição para a modalidade culposa expressamente prevista na lei. A palavra “expressamente” no enunciado da questão quer dizer que a forma culposa do delito não está expressa por palavras na lei. Assim, a forma culposa está descrita, manifestada por escrito ou expressa nos crimes de descumprimento de missão (art. 196, §3º do CPM), omissão de providências para evitar danos (art. 199, parágrafo único do CPM) e omissão de providências para salvar comandados (art. 200, parágrafo único do CPM). Já o crime de omissão de socorro, de acordo com o art. 201 do CPM não prevê modalidade culposa.

Diante disso, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 27

QUESTÃO: 38

Candidatos recorrentes: 41118, 41502, 42330, 43363, 46655.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam possuir mais de uma alternativa correta, ou ainda, não possuir alternativas corretas.

Resposta:

As alegações dos candidatos são de que a alternativa D também está incorreta.

Conforme o artigo de Edeildo Rangel Santos Major da Polícia Militar do Estado da Bahia. Chefe de Análise de Inquéritos da Corregedoria da Polícia Militar, a alternativa D está correta:

“Entretanto, há modernamente uma tendência à classificação dicotômica dos crimes militares: a) crimes propriamente militares; b) crimes impropriamente militares. Os primeiros, crimes propriamente militares, segundo a doutrina predominante, que se filia à doutrina clássica, a qual, por seu turno, baseia-se no direito romano, são aqueles que somente se encontram tipificados na lei penal militar e, em regra, somente por militar poderá ser cometido, pois consiste na violação de deveres restritos, que lhe são próprios, v.g., deserção, abono de posto.

Os segundos, os impropriamente militares, consistem em crimes tipificados como militares por força de lei, em razão de determinadas circunstâncias, tais como, crimes praticados contra instituição militar, ainda que, perpetrado por civis, ou ainda, crimes praticados por militares em serviço, malgrado sejam tipificados nos mesmos moldes, inclusive com idêntico nomen iuris na lei penal comum, codificada ou extravagante. Portanto, há situações concorrentes, como o crime de furto, que, embora cometido por militar, não trata de violação a dever restrito, porquanto, pode ser também cometido por civil. Por conseguinte, o crime impropriamente militar não é apenas o cometido por civis contra militar, mas, também, aquele cometido por militar e que encontra previsão na legislação penal comum, como o homicídio, a lesão corporal, o peculato, a concussão etc”.

Note-se que a expressão “também” generalizou a alternativa, tornando-a correta.

Referências bibliográficas:

ESTRELA, Eládio Pacheco. Direito militar aplicado: vol. I. Salvador: Lucano, 1997.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Comentários aos arts. 1º a 37 do Código Penal Militar, Decretolei 1001, de 1969. 1ed. Belo Horizonte, 2013.

ROTH, Ronaldo João. Justiça militar e as peculiaridades do juiz militar na atuação jurisdicional. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. Crimes militares: conceito e jurisdição. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 785, 27 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7195>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

Diante disso, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM

Parecer 28

QUESTÃO: 39

Candidatos recorrentes: 36955, 37334, 38134, 42928, 43622, 44966, 46855.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam não possuir alternativa correta, ou ainda, tomar como correta a alternativa C.

Resposta:

Aos candidatos não assiste razão. Um candidato alega que a alternativa C apresenta erro material, que a questão não trata de decadência, mas sim de preempção (art. 60, I do Código de Processo Penal). Ora, neste caso, a alternativa está incorreta e a questão pede para assinalar a correta. Quanto à alternativa A, está correta, é a letra da lei, conforme artigo 27 do Código de Processo Penal. Dessa forma, decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 29

QUESTÃO: 40

Candidatos recorrentes: 36862, 37161, 37498, 38044, 38913, 39229, 39353, 39591, 41882, 43016, 43461, 43879, 43882, 44414, 44598, 44734, 44967, 44979, 45882.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a questão apresenta mais de uma alternativa incorreta.

Resposta:

Ao analisar as razões recursais, verifica-se que aos candidatos assistem razão. Dessa forma, decide-se pela anulação da questão recorrida.

Decisão:

QUESTÃO ANULADA

Parecer 30

QUESTÃO: 42

Candidatos recorrentes: 39229.

Alegações:

O candidato alega que o conteúdo da alternativa B não estaria previsto no edital.

Resposta:

Não há razão para que a questão seja anulada, pois a referida alternativa está incorreta. A alternativa refere-se ao recurso em sentido estrito e as apelações. Ademais, todos os outros itens apresentam a idêntica correspondência aos artigos escritos no edital, quais sejam, a alternativa A está no art. 581, III do CPP, a alternativa C está no art. 593, III, a do CPP e a alternativa D está nos art. 621, II e 626, parágrafo único do CPP. Por isso decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 31

QUESTÃO: 43

Candidatos recorrentes: 47469.

Alegações:

O candidato alega que a questão possui mais de uma alternativa correta, sendo esta, a alternativa D.

Resposta:

De acordo com o próprio recurso do candidato, a alternativa "D" está incorreta apenas quanto ao prazo apresentado, que não seria de 15, mas de 5 dias (art. 2º, §7 da Lei 7.960/89). Dessa forma, não há como dar razão ao candidato recorrente. E decide-se por manter a questão.

Decisão:

QUESTÃO MANTIDA

Parecer 32**QUESTÃO: 45**

Candidatos recorrentes: 36753, 36862, 36942, 36966, 36996, 37028, 37037, 37070, 37180, 37344, 37509, 37550, 38044, 38134, 38315, 38670, 39095, 39353, 39534, 39591, 39723, 39948, 40346, 41117, 41628, 41773, 41882, 42040, 42235, 42285, 42926, 43016, 43052, 43461, 43570, 43597, 43879, 43882, 44176, 44414, 44592, 44734, 44979, 45066, 45083, 46855, 47016.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa “B” também estaria correta, visto que tal disposição não teria sido recepcionada pela Constituição Federal.

Resposta:

Aos candidatos não assiste razão, vejamos:

A questão é clara no seu enunciado quando diz que as alternativas devem ser analisadas de acordo com o Código de Processo Penal Militar que, em relação à alternativa B, está disposto no art. 17, e não faz qualquer alusão à interpretação de acordo com outras normas vigentes. Por isso, decide-se por manter a questão.

Decisão:**QUESTÃO MANTIDA****Parecer 33****QUESTÃO: 47****Candidato recorrente:** 44280**Alegações:**

Em síntese, o candidato alega que o enunciado da questão está incompleto que deveria constar: em três dos seguintes casos.”

Resposta:

Razão não assiste ao candidato. A interpretação do enunciado faz parte da prova. Ademais, a redação do art. 255 do CPPM é a seguinte:

“A prisão preventiva, além dos requisitos do artigo anterior, deverá fundar-se *em um* dos seguintes casos: [...]”. (grifo nosso)

Diante do exposto, decide-se por manter a questão.

Decisão:**QUESTÃO MANTIDA****Parecer 34****QUESTÃO: 48**

Candidatos recorrentes: 36996, 37037, 37119, 37161, 37344, 38134, 38433, 41858, 42285, 43016, 43597, 44598, 47037.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa “B” também estaria correta.

Resposta:

A alternativa B está incorreta porque não poderá arquivar o processo, mas sim requerer o arquivamento, de acordo com o art. 454, § 3º do CPPM:

“Recebido o termo de deserção e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por cinco dias, ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas”.

Ainda, que a alternativa C estaria incorreta, no entanto, a alternativa transcreve o art. 456, § 4º do CPPM.

Em relação ao erro na redação apresentado na alternativa A, não provocou interferência na mesma,

visto que era uma alternativa incorreta.
Dessa forma, decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 35

QUESTÃO: 49

Candidatos recorrentes: 37101, 37105, 38203, 43008

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa “B” não estaria correta porque não foi recepcionada pela Constituição Federal.

Resposta:

Aos candidatos não assiste razão, conforme segue:

O enunciado é claro em dizer que a questão deve ser respondida de acordo com o Código de Processo Penal Militar, que, em seu art. 677, parágrafo único, diz que “O acusado poderá dispensar a assistência de advogado, se estiver em condições de fazer sua defesa”.

Por isso, decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 36

QUESTÃO: 50

Candidato recorrente: 37028

Alegações:

Em síntese, o candidato alega que a alternativa C não estaria correta, de acordo com o que dispõe a Lei 9.434/97.

Resposta:

Ocorre que, o enunciado da questão é claro ao dizer que as alternativas devem ser analisadas de acordo com o Código Civil, que prevê no art. 13:

“Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”. Parágrafo único: “O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial”.

Diante desses termos, decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Parecer 37

QUESTÃO: 55

Candidatos recorrentes: 36996, 37028, 37101, 37105, 37783, 38203, 41117, 42104, 42925, 44598, 45066.

Alegações:

O gabarito preliminar indicou a alternativa D como correta, no entanto, deve ser modificado para a letra B.

Resposta:

As alegações dos candidatos são de que a alternativa D também estaria correta, visto que “relativo ao pessoal PM da Procuradoria Geral do Estado estaria incluso no inciso IV do art. 94 da Lei 6.218/83”. Em

melhor análise, considerando o referido inciso, todos os órgãos ou instituições indicadas na alternativa estão enumerados no art. 94 da referida lei. Diz o inciso: “os fixados em outros órgãos públicos, cuja função for declarada, pelo Governador do Estado, de natureza ou de interesse Policial-Militar”.

Em relação à alternativa B, que deverá ser o gabarito oficial, está incorreta, conforme a Lei Complementar N. 318/06 do Estado de Santa Catarina. Ocorre que, o texto do art. 18 da Lei 6.218/83 não disciplina a legislação atual que é dada pela Lei Complementar N. 318/06 (LC 559/11 (Art. 1º) – (DO. 19.240 de 23/12/11), que diz no parágrafo único do art. 22 que “O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento terão precedência hierárquica, respectivamente, sobre os Soldados de 1ª Classe e Cabos”.

Em análise às alegações, verifica-se que estes não possuem razão e por isso decide-se manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 38

QUESTÃO: 57

Candidatos recorrentes: 36753, 36862, 37081, 37161, 37344, 37498, 37527, 37550, 38365, 38670, 39661, 41065, 41773, 42235, 44073, 44414, 44707, 44979, 45066, 45646.

Alegações:

As alegações dos candidatos são de que a alternativa B também estaria correta.

De acordo com as alegações, o policial militar que for punido com uma detenção teria conceito “BOM”, o que tornaria a alternativa B correta.

Resposta:

Vejamus a alternativa B: “É classificado como bom quando no período de 2 (dois) anos de efetivo serviço tenha sido punida com até uma detenção”.

A letra da lei diz no art. 50, (3), do Decreto Estadual 12.112/80:

“Bom - quando no período de 2 (dois) anos de efetivo serviço tenha sido punida com até duas prisões”.

Sabendo-se que uma detenção é mais leve do que duas prisões, o examinador concorda que aquele que for punido com apenas uma detenção no período de 2 anos terá o comportamento classificado como bom.

No entanto, não é esta a interpretação da alternativa, visto que a expressão “até” utilizada tem o significado de “no máximo”, ou seja, quando no período de dois anos tenha sido punida com no máximo uma detenção, o que seria incorreto, pois além de uma detenção, poderia ter sido punida com uma prisão e até, no máximo, duas prisões.

Conforme o art. 53 do mesmo decreto, duas repreensões equivalem a uma detenção, quatro repreensões equivalem a uma prisão e duas detenções equivalem a uma prisão, portanto, até duas prisões não pode assumir o mesmo significado de até uma detenção.

Dessa forma, decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 39

QUESTÃO: 58

Candidato recorrente: 44754

A alegação do candidato é que a letra D também estaria incorreta.

Resposta:

Vejamus o que diz a Alternativa “D”:

D) O cargo de Comandante de Polícia Militar é considerado cargo de natureza militar, quando exercido por oficial do Exército, equivalendo, para Coronéis e Tenente-Coronéis, como Comando de Corpo de Tropa do Exército. O Comandante da Polícia Militar, quando oficial do Exército, poderá desempenhar

outras funções no âmbito estadual,
cumulativamente com suas funções de comandante, por prazo inferior a 30 (trinta) dias.

A redação do art. 6, § 7º é que “O Comandante da Polícia Militar, quando oficial do Exército, não poderá desempenhar outras funções no âmbito estadual, ainda que cumulativamente com suas funções de comandante, por prazo superior a 30 (trinta) dias”.

Portanto, a interpretação é que se for por um prazo inferior a 30 dias, poderá desempenhar outras funções ou cumular funções, tornando assim a Alternativa “D” correta. Dessa forma, decide-se por manter a questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA

Parecer 40

QUESTÃO: 60

Candidato recorrente: 37495

Alegações: Não reconhecidas

Resposta:

O candidato apenas informou uma jurisprudência, sem formular qualquer questionamento em relação à questão.

Decisão:
QUESTÃO MANTIDA